



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019
(COMISSÃO DE EDUCAÇÃO)

Requer informações ao Ministro da Educação sobre estudos que sustentam eventual modelo de fomento às chamadas escolas cívico-militares, especialmente eventuais referências similares desenvolvidas em outros países.

Senhor Presidente:

Com fundamento no artigo 50, §2º, da Constituição Federal, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que seja encaminhado Requerimento de Informação ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Educação sobre “estudos que sustentam eventual modelo de fomento às chamadas escolas cívico-militares, especialmente eventuais referências similares desenvolvidas em outros países”, conforme REQ nº 108/2019 (em anexo), de autoria da Deputada Professora Rosa Neide, aprovado em reunião da Comissão de Educação realizada no dia 16 de abril do corrente.

JUSTIFICAÇÃO

O Ministério da Educação, no último período, tem empenhado seus discursos e iniciativas para sustentar, apoiar e fomentar os denominados modelos cívico-militares para escolas públicas brasileiras.

Para o cumprimento de sua agenda, o governo firmou que o Ministério da Educação poderá estabelecer parcerias com instituições civis e militares que “apresentam experiências exitosas em educação”. Não está devidamente



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

esclarecida qual a compreensão, do MEC, do que sejam experiências exitosas de educação, sobretudo se estas serão “exitosas” considerando o universo de 48 milhões de matrículas, mais de dois milhões de docentes e mais de 180 mil escolas brasileiras. Questionamos: quando se indica um modelo de fomento, o MEC está considerando a realidade do conjunto do sistema brasileiro, diversa e complexa, para a qual deveria haver sinalizações de cooperação e investimentos por parte do órgão?

O governo decidiu, já em 2 de janeiro de 2019, por meio do Decreto nº 9.665 (que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos do MEC), sem dialogo com as entidades do campo educacional e ao arrepio de qualquer referência no Plano Nacional de Educação, criar uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. **Gostaríamos de obter os estudos que subsidiam tal conformação.**

Presente em Reunião Ordinária na Comissão de Educação, em 23 de março de 2019, o então ministro Ricardo Vélez Rodríguez sinalizou que a proposta de fomento a escolas cívico-militares que estava sendo planejada considerando experiências desenvolvidas em países como Chile e Inglaterra. Gostaríamos de confirmar tal informação, bem como obter registros sobre tais experiências e as análises efetivadas sobre as mesmas pelo MEC.

O Ministério da Educação sinaliza que adotará, como um dos eixos principais de sua atuação para melhoria da qualidade da educação básica, o fomento a um suposto modelo bem-sucedido de educação-aprendizagem, como se somente as escolas militares/militarizadas pudessem ser referenciais como se, ademais, não existissem escolas públicas - municipais, estaduais e federais – ofertando educação de qualidade, com bons resultados, inclusive no IDEB. Ora: se experiências educativas militares/militarizadas podem ser consideradas exitosas por alguns, é verdadeiro que elas são mais bem financiadas e são para poucos, orientada para carreiras militares, por exemplo.

É bom que ressaltemos: se a educação promovida pelo exército e pelas polícias, entre outras instituições, pode ser bem avaliada, ela deve ser considerada dentro dos seus limites institucionais e organizativos, ou seja, sob



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

supervisão de estruturas militares, justamente por suas características próprias, **compatíveis fortemente com a atividade preparatória para a carreira militar.**

Que experiências, nacionais e/ou internacionais, sustentam a ideia de propor e desenvolver um modelo de “escola de alto nível”, para todo o país, com base nos padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos colégios militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, para os ensinos fundamental e médio?

Uma realidade é a criação e manutenção de escolas por tais corporações dentro de suas missões, realidades e condições de financiamento próprias, majoritariamente beneficiando dependentes de tais servidores e introduzindo cobrança de taxas, restrições a direitos individuais e limites à gestão democrática da educação. Outra realidade é um modelo que se preste a atender públicos mais amplos.

O que se espera é que a ação do MEC voltada para as escolas brasileiras, TODAS, se oriente para colaborar na garantia de boa infraestrutura, docentes bem remunerados e formados, efetiva participação dos pais e da comunidade escolar, com gestão democrática, bem como uma formação ampla e cidadã, com financiamento compatível, ancorado em um conceito de custo aluno qualidade válido para todas as escolas e sistemas de ensino. Ora: não é possível considerar a realidade dos institutos federais e projetos desenvolvidos pelas redes estaduais municipais de educação?

Avaliamos que preconizar e fomentar um modelo supostamente “ideal”, que em geral é oferecido em centros urbanos e para poucos estudantes, significa aprofundar desigualdades educacionais. Assim, gostaríamos de **obter os estudos prévios, análises nacionais e internacionais, que orientam o MEC no fomento às escolas com modelo de gestão e pedagógico de tipo militar** em realidades complexas e com um sistema educacional grande e de caráter universal como o brasileiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Tendo em vista o exposto apresento este requerimento de informações

Sala das Sessões, em 16 de abril de 2019.

Deputado **Pedro Cunha Lima**
Presidente